



A JUVENTUDE RESISTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DAS OCUPAÇÕES DE 2016

Falconiere Leone Bezerra de Oliveira¹

O ano de 2016, no Brasil, foi marcado por diversas manifestações estudantis, sendo protagonizadas especialmente por estudantes do ensino médio. Essas manifestações tinham como objetivo barrar a Medida Provisória de número 746/2016, a qual teve como cerne a reforma do ensino médio, essa por sua vez “[...]institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...], e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007 [...] e dá outras providências” (BRASIL, 2016, p. 1); o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 241) do teto dos gastos público e o projeto “Escola sem Partido”. As manifestações e ocupações secundaristas foram um movimento de resistência civil no qual “[...] a resistência compreende todo comportamento de ruptura contra a ordem constituída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se”. (BOBBIO, 1992, p. 144). A resistência estudantil levou a ocupação de 1072 instituições de ensino em todo o Brasil, sendo 995 escolas e Institutos Federais. (GOHN, 2017). Refletir sobre esse movimento é também uma oportunidade de se repensar as organizações de resistência social. Para Garcia (2016)

Teoricamente, a desobediência civil implica a insubordinação dos cidadãos às leis do Estado e fundamenta-se no princípio da ação não violenta. De modo geral, os movimentos de desobediência civil, desde o século XIX, almejam garantir os direitos fundamentais do homem, contrapor-se à ação violenta do Estado e exteriorizar as contradições existentes na sociedade. (GARCIA, 2016, p. 361).

Partindo dessa ideia os movimentos de ocupação das escolas de ensino médio no Brasil foram atos de resistência como base na desobediência civil dos jovens secundaristas, pois viram nessa organização contra-hegemônica possibilidades de mudança social. Assim, compreendemos o movimento da resistência como Larchert

¹ Estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGEDU- UNISC. E-mail falconiereleone@mx2.unisc.br

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



(2017, p. 13) entende, “é complexo e multifacetado, sua existência ocorre através de uma combinação contraditória entre autonomia e dominação, desobediência e submissão de um povo que não é alienado, mas ainda é oprimido”. Dessa forma, a categoria resistência é um movimento dialético que no âmbito das ocupações toma contornos visíveis no resistir ao pensamento opressor/governista e instaura um modo de reexistir individual e coletivo dos jovens ocupacionistas. (LARCHERT, 2017). No domínio metodológico, este artigo resulta de uma pesquisa qualitativa em desenvolvimento cujo objetivo maior é analisar as ocupações secundaristas ocorridas no Brasil. Aqui, nosso objetivo é apresentar os principais elementos teóricos e empíricos que endossam nossa análise sobre os movimentos ocupacionistas em relação a apenas uma de nossas categorias principais, a de resistência.

Para tanto, o recorte adotado neste texto integra a análise de narrativas de dois sujeitos entrevistados na primeira fase da investigação. Esses colaboradores participantes foram jovens ocupacionistas de escolas públicas de ensino médio. Com enfoque investigativo nas memórias e experiências de jovens egressos do ensino médio que participaram das ocupações das escolas no Brasil, em 2016, as entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo analisadas a partir de fases da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) e de procedimentos da Análise Textual Discursiva proposta por Moraes (2003). Concluímos que, a resistência como um aglomerado de estratégias criadas, recriadas e vivida pelos estudantes secundaristas foram movimentos de libertação “dos seus corpos e mentes do processo de imposição” (LARCHERT, 2017, p. 13), que ocorreu por meio das ocupações de forma radical.

Palavras-chave: Juventudes; Ocupações Secundaristas; Memórias; Ensino Médio; Resistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória No 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em tempo integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação,

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2016. Edição Extra, Seção 1, n. 184-A, p. 1-2.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GARCIA, Miliandre. Da resistência à desobediência: Augusto Boal e a I Feira Paulista de Opinião (1968). **Varia história**, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 357-398, ago. 2016.

GOHN, Maira da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

LARCHERT, Jeanes Martins. Cala Boca Menino! O menino não cala, resiste. **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, SP, v. 19, 2017. p. 9 – 22.

MORAES, R. Uma tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, 2003. p. 191-2010.